

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 12
DE SETEMBRO DE 2007-----**

Aos doze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Joaquim Carlos Dias Valente, Presidente, Virgílio Edgar Garcia Bento, Maria de Lurdes Saavedra Ribeiro, Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso, José António Almeida Gomes e João Manuel Costa do Rosário Bandurra, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quorum o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos, tendo seguidamente posto à votação a acta da reunião anterior. -----

Os senhores Vereadores Ana Manso e João Bandurra solicitaram que a aprovação da acta ficasse para a próxima reunião, em virtude de não terem recebido a mesma em tempo oportuno, com vista à sua apreciação, tendo a Câmara concordado.-----

Foi também posta à votação a acta da reunião realizada no dia 18 de Julho de 2007, tendo a mesma, depois de corrigida, sido aprovada por maioria com a abstenção do senhor Presidente por não ter estado presente.-----

FALTAS

Verificou-se a falta do Senhor Vereador Vitor Manuel Fazenda dos Santos tendo a Câmara considerado a mesma justificada.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Iniciada a reunião, interveio o Senhor Presidente que fez distribuir os relatórios de análise elaborados na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Trinta, no período do público da reunião de 29 de Agosto de 2007, esclarecendo que se houvesse alguma intervenção sobre a matéria, a mesma podia ser feita na próxima reunião, após a análise do documento. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso, para questionar, quanto ao prazo concedido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para proceder à resolução do assunto, se se havia feito chegar o documento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e a partir de que data contaria o prazo. -----

Interveio o Senhor Presidente para esclarecer que o Relatório não podia ser remetido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia sem que primeiramente viesse ao conhecimento do Executivo, e que, quanto ao prazo, o mesmo seria tido em conta após a apreciação do documento e a comunicação do resultado ao interessado.-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso para, relativamente à visita do Senhor Primeiro Ministro que em entendimento dos Senhores Vereadores do P.S.D. foi positiva e boa, pese embora tenha pecado por defeito, dadas as necessidades que se sentem, mas que é necessário fazer um reparo quanto à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, marcada por três notas, a não exigência, a não reivindicação e a não transmissão das verdadeiras preocupações e angústias dos guardenses,

designadamente o encerramento das Escolas, dos Serviços de Saúde e de algumas empresas e conseqüentemente o aumento de desemprego.-----

Continuando, a Senhora Vereadora referiu ser importante ter uma postura de discrição, de humildade, que são qualidades, mas não de apagamento nem de subserviência, devendo acima de tudo ser reivindicativos e muito exigentes, pelo que disse gostar de ter visto uma intervenção que tivesse sido clara, objectiva, com exigências ao poder central, aproveitando a vinda à Guarda do Senhor Primeiro Ministro. -----

Prosseguindo, a Senhora Vereadora disse ainda pretender apresentar a questão relacionada com uma carta anónima, recebida por todos os Senhores Presidentes de Junta e por todos os Senhores Vereadores, relativamente à qual disse ser necessário tomar conhecimento e reflectir sobre algumas das questões e ver as mesmas esclarecidas, uma vez que se trata de questões concretas, que foram colocadas. ----

No documento fala-se da criação de uma equipa de projecto para a modernização administrativa, de verbas que envolvem 77.000,00 € - (Setenta e Sete Mil Euros), valor esse decomposto em várias parcelas, e também que se está a criar um fundo paralelo e que essa equipa de projecto é para assumir toda a área de gestão de pessoal, modernização, formação profissional, fundos comunitários, serviços municipais e desporto.-----

Interveio o Senhor Presidente que relativamente à primeira questão esclareceu ter sido importantíssimo não só para a Guarda, mas para todo o Interior, a visita do Senhor Primeiro Ministro, que quis anunciar na Guarda, medidas de discriminação positiva, que era um compromisso eleitoral e que está a cumprir, e bem. -----

No programa eleitoral havia três questões previstas para a Guarda e para o Interior, as acessibilidades, saúde e desenvolvimento económico, combate à interioridade, e está a ser cumprido, as acessibilidades foram uma iniciativa do Partido Socialista, continuadas por este Governo, que dotou a Guarda com acessibilidades condignas, sem custos para o utilizador, cumprindo a 1.ª promessa. -----

Continuando, o Senhor Presidente recordou também ter sido cumprida a promessa, matéria que se discutia na rua mas que se resolveu nos gabinetes, com diplomacia e vontade política, que foi a questão do Hospital, e que a Guarda vai ter um novo Hospital, anunciado em deslocação do Senhor Ministro à Guarda, um Hospital beneficiado, requalificado, reformulado, com mais valências, esperança que os arautos da desgraça haviam já despojado. -----

Prosseguindo e referindo-se à medida de redução dos custos como uma medida de discriminação positiva, salientou que cada vez mais estas questões se solucionam através da diplomacia e nos sítios próprios, com o Governo e em diálogo, de forma a encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento e o enriquecimento, que se faz passo a passo e com segurança, perspectivando o futuro. -----

Concluindo este assunto o Senhor Presidente referiu que, em seu entendimento, os guardenses e de todas as gentes do distrito se sentiram honradas com a visita do Senhor Primeiro Ministro. -----

Quanto à carta anónima remetida aos Senhores Vereadores e aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente recordou que, quando as pessoas não têm a coragem para assinar e subscrever os documentos, não pretendem assumir as responsabilidades, pelo que, estar a responder, é estar a

responder para ninguém, ainda assim, pretendia relativamente à mesma, esclarecer algumas questões ou inverdades da mesma.-----

Em primeiro lugar, fazia parte do Programa Eleitoral a aposta na Certificação e Qualidade e na Formação, tendo sido desenvolvidos os processos necessários para estas duas áreas, sendo que na área da Formação e para dar resposta ao SIADAP, foi feita uma candidatura através da Associação de Municípios da Cova da Beira, ao Programa Foral e com a Empresa Tecnoforma, o que custou zero ao Município.

Quanto à Certificação dos Serviços a mesma foi desenvolvida em colaboração com a Associação de Municípios da Cova da Beira , a A.E. P. e com a Inova, para o que foi feita uma candidatura, já aprovada, estando o trabalho a ser feito, pelo que o sistema de Certificação e Qualidade, que é dinâmico, também custou zero. -----

Quanto ao Site da Câmara, o mesmo foi reformulado por uma empresa da Guarda, que é uma referência em novas tecnologias e que fez o trabalho de graça, pelo que, também a custo zero. -----

Na sequência da implementação do Sistema de Qualidade foram feitas reuniões com os Directores de Departamento, tendo sido constatada a necessidade de reformular o Regulamento Interno e o Organigrama, por estarem desactualizados às necessidades actuais.-----

Verificou-se, da referida análise, que havia órgãos da Câmara que não tinham nem dependência hierárquica, nem dependência horizontal de Directores de Departamentos ou de Chefes de Divisão, pelo que se colocava a questão de quem os iria avaliar, pelo que, em consonância com a lei foi criada uma unidade de projecto, onde foram integrados todos os colaboradores enquanto o organigrama não for alterado,- o que, disse estar convencido, poderia ainda acontecer no

corrente mandato,- quando tal acontecer o documento será submetido à apreciação do Executivo e da Assembleia Municipal .-----

Assim, disse, tratou-se de uma organização dos Serviços, para que estejam estruturados verticalmente e horizontalmente, dando resposta aquilo que foi um compromisso deste Governo e que é um objectivo da Administração Pública. -----

Concluindo e após ter informado que esta era uma forma sucinta e verdadeira de abordar esta questão, o Senhor Presidente manifestou-se disponível a esclarecer qualquer dúvida que pudesse surgir quanto a esta matéria, esclarecendo ainda que a igual modo do que havia feito, teria possibilidade de esclarecer os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia em próxima Assembleia Geral. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que disse ter ficado com algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. -----

A primeira, relativa ao site da Câmara Municipal, se a empresa que fez o site o fez gratuitamente e o ofereceu e se também não havia recebido nada por se ter dedicado única e exclusivamente a reformulá-lo. O que a ser verdade seriam grandes patrocínios.-----

Interveio o Senhor Presidente para esclarecer que o Administrador da Firma Dom Digital havia dito que à sua terra gostaria de oferecer o melhor site do país.-----

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que disse ter ouvido em tempos uma referência de alguém que não a Dom Digital se estava a dedicar a 100% a reformular o site e se este trabalho, era gratuito, e não tinha a hipótese de auferir qualquer outro rendimento então a situação era no mínimo estranha. -----

Continuando, questionou ainda se com a constituição da equipa de projecto, conforme o referido, não vai haver duplicação de funções, nem acréscimo de encargos de natureza administrativa e outros.-----

Interveio o senhor Presidente que esclareceu não existirem mais encargos do que os já existentes com a sua remuneração, uma vez que a equipa é constituída por funcionários da Autarquia e não vai haver qualquer integração de outras pessoas.---

Prosseguindo, o Senhor Presidente, recordou ainda que os Bombeiros do Corpo de Bombeiros Voluntários da Guarda se manifestaram disponíveis à implementação de uma solução mais inovadora para o alerta dos mesmos, nomeadamente através de um sistema de sms, eliminando assim uma fonte de poluição ambiental que era a sirene, para o que solicitavam a colaboração financeira da Câmara Municipal da Guarda. -----

A Câmara por consulta a empresas da cidade e por sensibilidade própria, conseguiu também a colaboração da Dom Digital, que também ofereceu o sistema, gratuita e gentilmente, no aniversário dos Bombeiros. -----

Concluindo, o Senhor Presidente ressaltou a importância de também as empresas colocarem algo das suas capacidades ao serviço da cidadania e de todos. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso para referir que em sua opinião não estava em causa o mecenato, que apoiamos a 100% , mas as informações que são veiculadas, no caso através da carta anónima, onde se refere que foram pagos 15.000,00 € - (Quinze Mil Euros) em ajudas de custo, que há 35.000,00 €- (Trinta e Cinco Mil Euros) para uma empresa externa do Porto, mais 6.000,00 € - (Seis Mil Euros) à Dom Digital, e a informação que é prestada é a de que não é verdade.-----

Prosseguindo a Senhora Vereadora Ana Manso acrescentou serem ainda referidos mais 11.000,00 € - (Onze Mil Euros) em programas informáticos, num total de 74.000,00 € - (Setenta e Quatro Mil Euros), valores que são negados. -----

Interveio o Senhor Presidente para concordar. -----

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que referiu só ter trazido o assunto à reunião do Executivo pelo facto de serem referidas coisas em concreto, que colocam em causa toda a gestão da Câmara, e que, quando se pretende que a mesma seja o mais rigorosa possível com vista ao desenvolvimento do Concelho, a situação que se apresenta é no sentido inverso, pelo que é importante esclarecer estas questões, de forma clara. O facto de a carta ser anónima e de que quem a fez a não querer assinar, assumindo responsabilidades, pode significar outras coisas, para além do facto de poder estar a dizer a verdade e como tal a agir de boa fé, ou mentira, e portanto de má fé, no entanto a mesma parece mostrar que quem a escreveu está dentro do processo. -----

Interveio o Senhor Presidente que solicitou do Senhor Director do Departamento Financeiro, a emissão de certidões discriminativas quanto aos pagamentos financeiros relativos às situações denunciadas. -----

Prosseguindo o Senhor Presidente disse admitir a existência de custos não especificamente dentro da unidade de projecto mas da Câmara, resultantes do processo de modernização administrativa e da implementação do programa de Saúde Segurança e Higiene no Trabalho, uma vez que foram feitos investimentos, há muito necessários, em equipamentos (cadeiras) e na área dos recursos humanos, bem como com formação recebida, no período de cerca de um ano e meio,

nomeadamente com as ajudas de custo aos participantes, devidas e previstas em lei, aquando das deslocações dos mesmos.-----

Concluindo o Senhor Presidente salientou ser importante que as pessoas assumissem as posições manifestadas, sob pena de a resposta não poder ser dirigida.-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que esclareceu que a resposta pretendida é a clarificação dos factos enunciados na carta anónima, que apresenta questões e dados concretos. -----

Interveio o Senhor Presidente para reafirmar o facto, para esclarecimento, os Serviços emitirem Certidões relativas aos pagamentos efectuados às empresas em questão. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso para repetir que o que se pretendia era esclarecer e discutir um conteúdo, que deve ter preocupado alguém, que possuía informações internas, muito precisas e concretas, porque especifica valores, situação que a preocupa, e que é necessário clarificar, sendo que cada um fará posteriormente o seu juízo relativamente à matéria. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Gomes para reafirmar a necessidade de serem prestados esclarecimentos e que se tratava de uma carta proveniente da “rua”.-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que referiu tratar-se de uma carta anónima, mas em seu entendimento uma carta aberta, que lhe foi remetida, a igual modo de outras pessoas.-----

Interveio o Senhor Presidente para informar que se estava a procurar clarificar e a discutir o conteúdo da carta.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador Virgílio Bento, para relativamente à questão da reivindicação quanto ao encerramento de escolas, apresentada pela Senhora Vereadora Ana Manso, referir que o encerramento de escolas no Distrito da Guarda resultou sempre de um entendimento e de uma colaboração entre o Ministério da Educação e a Câmara da Guarda, e tanto é, que do encerramento previsto de 22 escolas, apenas 4 vão ser encerradas por não possuírem o número mínimo de alunos necessários ao seu funcionamento. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que recordou que o que havia sido dito era que os Senhores Vereadores do P.S.D. consideravam a intervenção positiva, pese embora não satisfeitos e que a questão do encerramento das escolas se poderia prender com critérios discutíveis, mas que é também consequência de problemas mais graves, como o despovoamento, a diminuição de horário ou encerramento das extensões de Saúde, ou de outras questões que se colocam a montante. -----

Tais questões podiam ter sido transmitidas, através de uma magistratura de diplomacia, a fazer nos locais próprios, no caso, quem estava a falar era o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que recebendo bem, como é costume do povo da Guarda, e transmitindo as boas vindas ao Senhor Primeiro Ministro, podia ter aproveitado a ocasião para, de uma forma clara, transmitir aos governantes que visitam o Distrito e o Interior a insatisfação do povo da Guarda, pese embora a medida anunciada e que, sem dúvida, nos deixa satisfeitos, tanto mais que os Vereadores do P.S.D. sempre defenderam medidas de discriminação positiva para o Interior. -----

Prosseguindo, a Senhora Vereadora referiu que em seu entendimento a atitude e postura do Senhor Presidente da Câmara devia ter sido de ambição e de reivindicação, pela positiva, transmitindo,- num espaço adequado que era o da Assembleia Municipal,- ao Senhor Primeiro Ministro, que os Portugueses do Interior também são de primeira e têm necessidades, como o são as da saúde, - até porque a população é altamente envelhecida,- e que os critérios a definir não podem ser tratados a régua e esquadro. -----

Relativamente à questão das acessibilidades, a Senhora Vereadora referiu que, como é do conhecimento de todos, a A23 foi lançada pelo Governo do Senhor Professor Dr. Cavaco Silva, portanto um Governo do P.S.D..-----

Interveio o Senhor Presidente para discordar. -----

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que depois de esclarecer que não vale a pena dizer que uns são bons e outros maus, mas que se deve ter em atenção o desenvolvimento, que deve ser continuado. -----

Concluindo, referiu ainda querer acreditar que a Guarda vai ter um Hospital novo. - Interveio o Senhor Presidente para questionar quais foram os Governos do P.S.D. que tomaram medidas de discriminação positiva relativamente ao Interior, e se, agora o descontentamento das pessoas é grande, como o não seria durante os Governos do P.S.D. -----

Continuando, o Senhor Presidente recordou que o P.S.D., em termos de acessibilidades, criou o IP2 e o IP5, sendo que o último foi a maior vergonha em termos de investimento. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que, recordou que o IP5 é um projecto com 30 anos, e que todos os Governos são julgados, sendo que daqui a 30

anos, também vão ser questionados os motivos que levaram à execução da A25 e da A23 com os traçados aprovados, mas que esta não é a discussão que se pretende, pese embora também se possa fazer, aquilo que se pretende discutir è a visita do Senhor Primeiro Ministro. -----

Por outro lado a Senhora Vereadora referiu nunca ter dito estar satisfeita com o desempenho dos Governos anteriores independentemente de serem do P.S. ou do P.S.D., que todos cometeram os seus pecados mortais, e que sempre havia sido muito crítica e reivindicativa, mesmo contra o pagamento de portagens, mas que era necessário fazer justiça nessa matéria, sendo que só assim se podiam compreender que o país esteja a duas velocidades, e o Interior apresente as dificuldades que enfrenta.-----

São estas dificuldades, que teria sido importante apresentar ao Senhor Primeiro Ministro, manifestando a preocupação e a angustia que se vive no Interior, quer em relação ao presente, quer em relação ao futuro, bem como os custos da interioridade, em especial, no caso, da Guarda.-----

Interveio o Senhor Presidente que referiu que em seu entendimento o Senhor Primeiro Ministro, nunca tendo anunciado nada, veio à Guarda abrir horizontes, definindo medidas e incentivos, e que é essa a matéria que se poderá comparar. Em termos de acessibilidades, poderá comparar-se a diferença entre a A23 até à Guarda e o IP2 a norte da Guarda. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Gomes que referiu que a questão das acessibilidades é uma questão contínua a vários Governos, e que analisando a questão colocando a política de lado, o maior investimento em termos de obras públicas foi feito no tempo do P.S.D., nomeadamente do Senhor Professor Dr.

Cavaco Silva, - porque foi na altura que, com algum ênfase se começou a discutir o Interior,- podendo ser enumeradas algumas obras, mas o que se verifica, não só na Guarda mas em todo o país, é uma desertificação, estando a perder-se população, nomeadamente no Interior. -----

Interveio o Senhor Presidente para referir que há zonas do Interior que não estão a perder população. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Vereador José Gomes que discordou, dizendo tratar-se de uma informação errada, mas que há formas de tentar evitar que essa situação de desertificação se verifique, nomeadamente através da realização de investimento forte no Interior, o que foi a política do P.S.D. na altura, a outra é a de criar artificios, como agora acontece, criando condições para as empresas. -----

Prosseguindo, o senhor Vereador recordou que o P.S.D havia feito muito nesta matéria, tal como o P.S. está a fazer, mas que na realidade o que se constata é que os resultados não são positivos e que, estruturalmente, a questão dos 5% ou dos 10% não vai resolver muito, e que, a questão poderá ser resolvida, quando o Governo for capaz de obrigar a instalação e sediação de empresas de alta tecnologia, altamente produtivas em termos de impactos directos na região, de outra forma, a medida agora apresentada, só é benéfica e tem impacto se existirem muitas empresas. -----

Interveio o Senhor Presidente para recordar que se tratava de um estímulo às empresas. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Vereador José Gomes para esclarecer que não se discutia uma questão partidária, mas um posicionamento que é necessário ter, quer na região quer através do Governo, no sentido de tentar evitar o que se está a

passar no Interior, até porque a Guarda poderá ter mais habitantes que qualquer cidade próxima, mas as aldeias circundantes têm cada vez menos gentes, ou seja, a Guarda “engorda” à custa dos habitantes das aldeias próximas.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador Virgílio Bento para, relativamente à questão do despovoamento informar que numa conferência de imprensa sobre esta matéria, foi apresentado um estudo da evolução demográfica desde há 50 anos, até 2001, no qual se constatava que a Guarda e o seu concelho eram uma ilha em todo o país. Isto porque a Guarda conseguiu crescer entre 32% e 33%, e o concelho cresceu mais de 3%, o que significa que é a que regista um maior crescimento, tendo crescido mais que muitas cidades do litoral. -----

Concluindo, o Senhor Vereador referiu que estudos de 2006 sobre a matéria revelam que Belmonte cresceu, tal como a Guarda, que continua num processo de crescimento.-----

ORDEM DO DIA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 – CELINA ISABEL COITO DA COSTA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT: -----

Foi presente um processo em nome de Celina Isabel Coito da Costa, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior. -----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Rua da Corredoura – N.º23 – 1º Esqº – Guarda, cujo valor é de 130.000,00 Euros.-----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

1.2 – JOÃO PEDRO MORAIS AGUIAR FERREIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT: -----

Foi presente um processo em nome de João Pedro Morais Aguiar Ferreira, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior. -----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Rua Duque de Bragança B3 – R/C/Dt.º – Guarda, cujo valor é de 167.500,00 Euros. -----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

1.3 – RUI MANUEL PEREIRA MARTINS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT:-----

Foi presente um processo em nome de Rui Manuel Pereira Martins, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior. -----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Av. Rainha D. Amélia, lote 142 – 1.º Esqº – Guarda, cujo valor é de 120.000,00 Euros. -----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

1.4 – SOFIA MARGARIDA SIMÕES RODRIGUES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT: -----

Foi presente um processo em nome de Sofia Margarida Simões Rodrigues, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior. -----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Av. S. Miguel – n.º102 – 1.º Esqº. – Guarda, cujo valor é de 127.500 Euros.-----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

1.5 – VITOR MANUEL TRINCHETE TEIXEIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT: -----

Foi presente um processo em nome de Vítor Manuel Trinchete Teixeira, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior. -----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Urbanização da Tapada do Coelho – Póvoa do Mileu – lote 33 – Guarda, cujo valor é de 148.000,00 Euros. -----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

1.6 – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, IP E O MUNICÍPIO DA GUARDA – PROGRAMA

**CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS –
RATIFICAÇÃO: -----**

Foi presente para ratificação o protocolo celebrado entre o Município da Guarda e o Instituto de Segurança Social, IP, sobre o programa “Conforto Habitacional para Pessoas Idosas”. -----

O documento considera-se integralmente reproduzido fazendo parte integrante desta acta e fica arquivado na pasta de documentos respeitante a esta reunião. -----

A Câmara deliberou ratificar os termos do protocolo. -----

**1.7 – 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP’S) E DO
ORÇAMENTO DO ANO DE 2007: -----**

Foi presente para discussão e votação a 2ª. Revisão das GOP’S e do Orçamento do Município da Guarda do ano de 2007, acompanhada de uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

PROPOSTA

Assunto: “2ª Revisão às Grandes Opções do Plano (G.O.P’s) e do Orçamento do ano de 2007” -----

O planeamento das actividades municipais e a sua integração nos documentos previsionais leva a efectuar alguns ajustamentos ao nível da despesa, os quais são vertidos na 2ª Revisão das GOP’s e do Orçamento do Município da Guarda, que se apresentam. -----

1) 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano -----

Ao nível da introdução de novas rubricas refiram-se as seguintes, no âmbito das dotações do ano de 2007: -----

-“Outros apoios a Colectividades”, no programa “Protecção Civil e luta contra incêndios”: 1.500,00 Euros; -----

-“Actividades de Enriquecimento Curricular”, no programa “Ensino Não Superior”: 10.000,00 Euros -----

-“Apoio ao Ensino Recorrente”, no programa “Serviços Auxiliares de Ensino”: 8.000,00 Euros; -----

-“Viaturas de Recolha de Lixo”, no programa “Resíduos Sólidos”: 200.000,00 Euros;-----

Reforçam-se dotações de rubricas das GOP’s no valor de 737.345,76 Euros, por contrapartida de reduções de dotações em 742.000,00 Euros as quais não afectam a execução física ou financeira das actividades municipais (documento em anexo). --

2) 2ª Revisão do Orçamento -----

Este documento inclui as modificações vertidas na 2ª Revisão das GOP’s, a inclusão do saldo orçamental da gerência anterior no valor de 41.345,76 Euros, reforços em 1.417.845,76 Euros e reduções de dotações de despesa em 1.376.500,00 Euros, inseridas unicamente no Orçamento.-----

As principais modificações vêm na sequência da 2ª Revisão das GOP’s e encontram-se descritas no documento em anexo. -----

Deixam-se estes documentos à apreciação de V.Ex.ªs, esperando a aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo do Município da Guarda. -----

Solicita-se a aprovação em minuta.” -----

Interveio o Senhor Presidente que colocou o assunto à discussão, fazendo uma breve súmula das necessidades que originaram a Revisão. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que referiu que do ponto de vista técnico o documento estava claro e preciso, pelo que nada havia a apontar, pese embora os 250.000,00 € -(Duzentos e Cinquenta Mil Euros) de reforço em termos residuais não estar devidamente explicado. No entanto, o documento tem subjacente uma orientação política relativamente à qual os Senhores Vereadores do P.S.D. já se pronunciaram por várias vezes e relativamente à qual apresentaram as discordâncias.-----

A Câmara deliberou aprovar a 2ª. Revisão das GOP'S e do Orçamento do Município da Guarda do ano de 2007, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente, que usou do voto de qualidade e dos senhores Vereadores Virgílio Bento e Lurdes Saavedra. -----

Os senhores Vereadores Ana Manso, José Gomes e João Bandurra, votaram contra.-----

Deliberou ainda submeter os documentos à discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

A senhora Vereadora Ana Manso ditou para a acta a seguinte declaração de voto.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

« 2ª REVISÃO ÀS GOP'S E ORÇAMENTO 2007 »

1. A proposta da 2ª revisão das Gop's e do orçamento 2007 demonstra mais uma vez que a adopção de novos modelos de gestão, são não só necessários, como desejáveis e até mesmo indispensáveis. -----

2. De facto a resistência á mudança, a não adopção de boas práticas e a existência de modelos de gestão desajustados agrava o desequilíbrio financeiro da Câmara e

não se traduz na melhoria e desenvolvimento da cidade e do concelho, no melhor relacionamento financeiro com as freguesias e, especialmente, em benefícios sociais e de bem estar e qualidade de vida para os Municípios.-----

3. As contas em 2006 não seguiram a linha do Orçamento, bem antes pelo contrário, afastaram – se dela. A fraca taxa de execução – 40% – e o aumento da dívida goraram todas as expectativas.-----

4. O ano de 2007, parece seguir a mesma falta de orientação, a mesma incapacidade de controlo e de gestão. De facto o Orçamento inicial apresentava algumas virtualidades que ao longo do ano tem vindo a ser esquecidas e em simultâneo vão aparecendo gastos não programados e sem critérios objectivos. É caso para dizer que o Orçamento não passa de um documento de faz de conta, de um documento de ficção. -----

5. Se a 1ª revisão foi má a 2ª é pior já que as poucas virtualidades desaparecem e os muitos gastos aumentam. Ou seja mais uma vez não se vislumbra nenhum esforço de intervenção para gastar menos e gastar melhor. E também não notámos nenhuma preocupação em corrigir o que está mal de forma a considerar o Orçamento como um verdadeiro instrumento de planeamento e de gestão e não um mero formalismo legal. -----

6. De facto, esta revisão é a consolidação do gastar mais e gastar mal, é um continuar a aumentar as despesas da máquina da CMG e atrasar as obras estruturais. E, mais grave ainda, é um aumentar da dívida e um adiar das transferências para as Freguesias. -----

7. Ou seja, da análise séria e responsável da proposta da 2ª revisão das GOP'S e do Orçamento 2007 temos mais uma oportunidade perdida, mais boas práticas de gestão adiadas e o desenvolvimento do Concelho posto em causa..” -----

1.8 – SECÇÃO DE PATRIMÓNIO – INVENTÁRIO – JARDIM DE INFÂNCIA DE GONÇALO – INFORMAÇÃO: -----

Sobre este assunto foi presente uma informação da Secção de Património, do seguinte teor:-----

INFORMAÇÃO

Assunto: Inventário – Jardim de Infância Gonçalo -----

1 Computador – Bem 8334 -----

1 Impressora – Bem 8380 -----

O serviço de Património com o objectivo de manter actualizado o inventário do Município, e em sequência de informação em anexo datada de 02/08/2007, vem solicitar para que superiormente se designe o funcionário responsável que assine a respectiva folha de carga/inventário dos Bens em epígrafe, pelo motivo de que a Docente do Jardim de Infância de Gonçalo não pretende assinar o inventário que inclua o presente computador e impressora.-----

Sugere-se que o responsável que assine o inventário (em duplicado) dos Bens Móveis em anexo seja a senhora Educadora Maria Filomena Coelho Rebelo, e que os mesmos sejam devolvidos à Secção de Património.”-----

A Câmara deliberou concordar com a informação e proceder em conformidade com a mesma. -----

1.9 – REFEITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA – NÚMERO DE REFEIÇÕES NO ANO LECTIVO 2006/2007 – CONHECIMENTO : -----

Sobre este assunto foi presente uma informação dos serviços de administração, na qual se dá conhecimento do número de refeições servidas no refeitório da Câmara Municipal, durante o ano lectivo 2006/2007. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

1.10 – CENTRO DA NATUREZA/ESPAÇO EDUCATIVO FLORESTAL – SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE: -----

Foi presente uma informação do Centro da Natureza/Espaço Educativo Florestal na qual se dá conhecimento das actividades previstas e a desenvolver no âmbito da “Semana Europeia da Mobilidade”, a levar a efeito entre os dias 16 e 22 de Setembro de 2007, cujos custos se estimam no montante de 4.453,93 Euros (quatro mil quatrocentos e cinquenta e três euros e noventa e três cêntimos).-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Lurdes Saavedra para apresentar o projecto da Semana Europeia da Mobilidade, relativamente à qual destacou uma medida, que entende como muito importante, denominada “os gigantes verdes”, que vai consistir na colocação de um conjunto de informações, nomeadamente idade, espécie, etc, relativas a algumas árvores especiais, que estão integradas num percurso a realizar. -----

Vai ainda existir um conjunto de percursos pedestres, alguns já divulgados, de entre os quais o percurso da “Rota da Água”, até à praia fluvial de Aldeia Viçosa.-----

A Câmara deliberou aprovar a proposta e assumir os custos. -----

1.11 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO ALTO ZÊZERE E CÔA – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA: SUB-

SISTEMA DE SANEAMENTO DE PÊGA E SUB-SISTEMA DE SANEAMENTO DE RAPOULA:-----

Foi presente um ofício da empresa Águas do Zêzere e Côa no qual se solicita que a Câmara Municipal declare de Utilidade Pública as Infra-estruturas acima mencionadas, integradas no sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa. -----

A Câmara deliberou declarar a Utilidade Pública e submeter à discussão e votação da Assembleia Municipal. -----

1.12 – ACÇÃO SOCIAL – JOAQUIM MONTEIRO DOS SANTOS – GUARDA GARE – PEDIDO DE APOIO EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA E CARÊNCIA ECONÓMICA:-----

Foi presente o processo em que o senhor Joaquim Monteiro dos Santos solicita o apoio da Câmara Municipal dada a sua situação de deficiência e carência económica. -----

Sobre este assunto recaiu a seguinte informação do Gabinete de Acção Social:-----

INFORMAÇÃO

Na sequência de um despacho do senhor Vereador Dr. Virgílio Bento de 16 de Janeiro de 2006, favorável a um pedido de apoio – oferta do projecto técnico e algum material a Joaquim Monteiro dos Santos, residente na Rua do Pina, n.º4 Guarda Gare, venho informar o seguinte: -----

- Trata-se de uma família muito numerosa (8 pessoas), equilibrada e organizada mas marcada pela deficiência de um filho e pelo desemprego do chefe de família.

Os cinco filhos são todos estudantes e bons alunos.-----

- O senhor Joaquim trabalhou na Gartêxtil. Com o encerramento da fábrica, beneficiou do subsídio de desemprego tendo trabalhado na Escola de Santa Clara através de um programa ocupacional do IEFP até ao dia 20/12/2006.-----

- A partir desse momento, o único rendimento familiar provém da prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI) de cujo Programa a família é beneficiária, e da pensão de velhice da sogra que reside com a família. -----

- A habitação precisa de ser ampliada. Por esse motivo e pelo de carência económica recorreu à Câmara Municipal da Guarda. Quanto ao projecto técnico – elaborado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal-, encontra-se praticamente pronto para aprovação. -----

- Por se tratar de um beneficiário do RSI, foi informado que deveria recorrer à Técnica de Serviço Social que acompanha a família, a fim de solicitar algum apoio complementar da Segurança Social, para as obras de intervenção na habitação. -----

- Anexa-se cópia da informação técnica e estimativa orçamental ao projecto de reconstrução da habitação. Prevendo-se o recurso a mão de obra familiar e aproveitamento de alguns materiais existentes, a obra é orçamentada em 18.757,50 Euros. -----

- Para fazer face às alterações no edificado existente (no rés-do-chão), devido ao filho deficiente em cadeira de rodas, e por se tratar de uma família com graves problemas de ordem económica, proponho a atribuição de um subsídio de 1.500,00 Euros (mil e quinhentos euros), ficando a cargo da família as restantes obras de adaptação e ampliação de acordo com o projecto e necessidades da família.” -----

A Câmara deliberou apoiar e conceder a verba de 1.500,00 Euros (mil e quinhentos euros).-----

**1.13 – COMISSÃO DA FÁBRICA DA IGREJA DE AMOREIRAS DO
MONDEGO – ARRANJO EXTERIOR DA CAPELA DE S. JOÃO – PEDIDO
DE APOIO: -----**

Foi presente um ofício da Comissão da Fábrica da Igreja de Amoreiras do Mondego, no qual se solicita o apoio da Câmara Municipal para a obra de arranjo do largo da Capela de S. João, sita naquela localidade.-----

Sobre o mesmo recaiu uma informação do DOM, do seguinte teor:-----

INFORMAÇÃO

Para os devidos efeitos cumpre-me informar V.Ex.^a que me deslocuei ao local e verifiquei que o adro da capela tem a área de 420 m2. -----

Trata-se de uma capela onde predomina o granito amarelo, tendo sido recentemente restaurada exteriormente. Parece-me ter muito valor estimativo, a avaliar pelas pessoas com quem contactei. -----

Penso que se poderia fazer um projecto para os arranjos exteriores. Nomeadamente a colocação de guias de granito cinza a fazer quadrados e no interior cubos de granito amarelo, aproveitar a inclinação natural do terreno e fazer por patamares etc. Ou então e penso ser mais barato conforme foto – Proposta (Capela dos Gagos). -----

Preços dos cubos com aplicação: Cubos cinza – 12,50 Euros/m2; - Cubos amarelos – 16,00 Euros/m2.-----

- Proposta A – Quadrado em cubos cinza com guarnição a cubos amarelos:-----

Cinza 310m2 x 12,50 Euros/m2 = 3.875,00 Euros -----

Amarelo 110m2 x 16,00 Euros/m2 = 1.760,00 Euros -----

Total: 5.635,00 Euros (cinco mil seiscentos e trinta e cinco euros + IVA).-----

- Proposta B – Quadrado em cubos amarelos com guarnição a cubos cinza: -----

Cinza 110m² x 12,50 Euros/m² = 1.375,00 Euros -----

Amarelo 310m² x 16,00 Euros/m² = 4.960,00 Euros -----

Total: 6.335,00 Euros (seis mil trezentos e trinta e cinco euros + IVA). -----

Estes custos poderão baixar depois de um levantamento rigoroso de modo a poder-se saber quantos quadrados se conseguem executar no recinto, em virtude de este não ser em esquadria.”-----

A Câmara deliberou apoiar e conceder os materiais solicitados até ao montante de 5.635,00 Euros (cinco mil seiscentos e trinta e cinco euros) + IVA. -----

2. EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

2.1 – PELOURO DA EDUCAÇÃO – ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE MANUAIS DE INGLÊS:-----

Sobre este assunto foi presente uma informação do Pelouro da Educação do seguinte teor:-----

INFORMAÇÃO / PROPOSTA

PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

ANO LECTIVO 2007.2008

Tendo presente o Despacho da Excelentíssima Senhora Ministra da Educação n.º12591/2006, de 16 de Junho, que visa implementar o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.ºCiclo do Ensino Básico, no presente ano lectivo2007.2008;-----

Assumindo a responsabilidade que incumbe aos municípios em matéria de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, conforme disposto na Lei n.º159/99, de 14 de setembro; -----

No âmbito do Acordo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal da Guarda e os Agrupamentos de Escolas do concelho da Guarda que visa a implementação do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no ano lectivo 2007.2008, destinado a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Guarda; -----

Tendo presentes as propostas apresentadas por diversas editoras para fornecimento de manuais escolares para a área do Ensino de Inglês e considerando as condições mais vantajosas para a sua aquisição; -----

Tendo a Câmara Municipal da Guarda, em conjunto com os Agrupamentos de Escolas, optado pela proposta da CONSTÂNCIA EDITORES, uma vez que, para além da qualidade do manual, a editora oferece um desconto de 45% na aquisição da totalidade dos manuais para os alunos do concelho da Guarda inscritos e que totalizam 800;-----

Propomos a V. Excª que sejam adquiridos os manuais “FRISBEE - Course Book e Activity Book”, da referida editora, pelo valor unitário de 10,70 € (dez euros e setenta cêntimos), num valor total de 8560€. -----

Do total de manuais a adquirir, a autarquia procederá à venda aos encarregados de educação, oferecendo os restantes aos alunos carenciados do concelho e que constam dos escalões A e B da Acção Social Escolar.” -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta.-----

**2.2 – PELOURO DA EDUCAÇÃO – TRANSPORTES ESCOLARES –
CIRCUITOS ESPECIAIS – EB. 2º E 3º CICLOS DA SEQUEIRA E DE S.
MIGUEL: -----**

Sobre este assunto foi presente uma informação do Pelouro da Educação, do seguinte teor:-----

INFORMAÇÃO

Assunto: ESCOLAS BÁSICAS DOS 2º E 3º CICLOS DA SEQUEIRA E DE S. MIGUEL -
TRANSPORTES ESCOLARES - Circuitos especiais.-----

Prestes a começar o novo ano lectivo e após estudos realizados no âmbito da reorganização da rede de Transportes Escolares, foi elaborado um plano específico que abrange a totalidade dos alunos das Escolas Básicas dos 2º e 3º Ciclos da Sequeira e de S. Miguel, de forma a facilitar a sua chegada às escolas e o regresso a casa em horários ajustados ao funcionamento destes estabelecimentos de ensino. ---

Assim, o plano de transportes escolares definido pela autarquia, em conjunto com as três empresas que operam nesta área geográfica e com o acordo dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, ficaria assim equacionado: -----

JOALTO (Documento 1 – em anexo) -----

1. CIRCUITO ESPECIAL DE VIDEMONTE (74 alunos) -----

Realização de um circuito especial para o transporte dos alunos de Videmonte, Fernão Joanes e Meios (44 alunos), com início às 07H40 em Videmonte e directo à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Sequeira, com chegada às 08 H 45.-----

O regresso será assegurado a partir da escola, logo após o final das actividades lectivas, ou seja, às 17H00. -----

Os alunos de Trinta, Corujeira e Maçainhas (30 alunos) são transportados nos horários das carreiras normais (início em Trinta às 07H20 e regresso às 17H00).----

Pagamento diário de 127,00 € (cento e vinte e um euros), IVA incluído à taxa legal.

RODOVIÁRIA DA BEIRA INTERIOR (Documento 2 – em anexo) -----

1. CIRCUITO ESPECIAL DO JARMELO (38 alunos)-----

Transporte dos alunos da zona do Jarmelo, em circuito especial, com chegada à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Sequeira às 08H45.-----

2. CIRCUITO ESPECIAL DE AVELÃS DA RIBEIRA (55 alunos) -----

Transporte dos alunos do eixo norte do concelho - Avelãs da Ribeira, em circuito especial, com chegada à Escola Básica do 2º e 3º Ciclos da Sequeira às 08H45. ----

3. CARREIRAS URBANAS-----

Extensão dos trajectos das carreiras urbanas da Sequeira e da Rasa até à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Sequeira, em horários que coincidam com a entrada e saída das actividades lectivas e no período de almoço. -----

Pagamento diário de 92,30 € (noventa e dois euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal. -----

VIÚVA MONTEIRO (Documento 3 – em anexo)-----

1. CIRCUITO PONTE DO NOÉME (52 alunos) -----

Transporte dos alunos de Pêga, Adão, João Antão, Carvalheira, Panoias, Barracão, etc, com ligação directa às Escolas Básicas dos 2º e 3º Ciclos da Sequeira e de S. Miguel às 08H30 -----

Pagamento diário de 36,00 € (trinta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal.---

Face ao exposto e considerando que as soluções propostas cumprem o objectivo de dar a resposta mais adequada às necessidades de transportes escolares para as

Escolas Básicas dos 2º e 3º Ciclos da Sequeira e de S. Miguel, proponho a aprovação da presente proposta pelo Executivo Municipal.” -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta. -----

**2.3 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE S. DOMINGOS –
FESTA ANUAL NO BAIRRO – PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E
FINANCEIRO:**-----

Foi presente um ofício da Associação Cultural e Recreativa de S. Domingos, no qual se solicita o apoio logístico e financeiro da Câmara Municipal para custear as despesas com a realização da festa anual do bairro, a levar a efeito no mês de Setembro.-----

A Câmara deliberou apoiar e conceder a verba de 2.500,00 Euros (dois mil e quinhentos euros).-----

**2.4 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FERNÃO JOANES
– PROVA DE MOTOCROSS – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO:** -----

Foi presente um ofício da Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes no qual se solicita a concessão de um subsídio de 2.000,00 Euros, para custear as despesas com a realização da prova de motocross a levar a efeito no dia 23 de Setembro, naquela freguesia e que conta para o campeonato nacional da modalidade. -----

A Câmara deliberou apoiar e conceder a verba de 2.000,00 Euros (dois mil euros). -----

**2.5 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RAIA
CENTRO NORTE – PEDIDO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO:**-----

Foi presente um ofício da Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte no qual se solicita a concessão de um subsídio extraordinário de 6.000,00 Euros, para fazer face às despesas com o desenvolvimento das suas actividades e, assim, atenuar as dificuldades financeiras com que se debate. -----

A Câmara deliberou apoiar e conceder o subsídio no montante de 6.000,00 Euros (seis mil euros). -----

2.6 – ADESÃO À FICAM – FORO IBÉRICO DE CIUDADES AMURALLADAS: -----

Foi presente de novo o processo acima referenciado agora acompanhado de uma informação da Técnica de Relações Internacionais, do seguinte teor:-----

INFORMAÇÃO

Assunto: Adesão à FICAM – Pagamento de quota-----

Face à informação prestada, oportunamente, relativamente ao pagamento de 450,00 Euros de quota à FICAM e tendo solicitado informação aos serviços financeiros, através do senhor Teixeira, fui informada do seguinte:-----

- A FICAM enviou um ofício, datado de 18 de Julho, a solicitar o pagamento de quota, tendo sido este despachado por V.Ex.^a. para os serviços já citados. -----

Considerando o atrás exposto, cumpre-me informar V.Ex.^a. que, oportunamente, em reunião ordinária de 27 de Setembro de 2006 a Câmara deliberou manifestar a intenção de aderir à FICAM – “Foro Ibérico de Ciudades Amuralhadas”. -----

No sentido da concretização da adesão, torna-se necessário formalizar a mesma através de manifestação expressa. -----

Esta deliberação deverá ser submetida à Assembleia Municipal nos termos do artº 53, n.º2, alínea m, da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Desta forma dar-se-á satisfação do referido ao senhor Director de Departamento Financeiro.” -----

A Câmara deliberou aderir e submeter à discussão e votação da Assembleia Municipal. -----

3. JUNTAS DE FREGUESIA

3.1 – JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉCTRICA – QUINTA DA FELGUEIRA – PEDIDO DE APOIO: -----

Foi presente um ofício da Junta em epígrafe no qual se solicita o apoio da Câmara Municipal para a obra de ampliação da rede eléctrica que pretende levar a efeito no lugar da Quinta da Felgueira, naquela freguesia, cujo orçamento da EDP se cifra no montante total de 695,29 Euros. -----

A Câmara deliberou apoiar e participar com 50% da verba no valor de 347,65 Euros (trezentos e quarenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos). -----

3.2 – JUNTA DE FREGUESIA DE FERNÃO JOANES – AQUISIÇÃO DE CASA DEGRADADA PARA DEMOLIÇÃO PARA ALARGAMENTO DO LARGO DA PRAÇA – PEDIDO DE APOIO: -----

Foi presente um ofício da Junta em epígrafe no qual se solicita o apoio financeiro da Câmara Municipal no montante de 5.000,00 Euros, para aquisição de uma casa degradada para demolição, para alargamento do largo da praça, naquela freguesia. -

Sobre o mesmo recaiu a seguinte informação do DOM: -----

INFORMAÇÃO

Sobre o assunto em epígrafe cumpre-me informar V.Ex.^a. que: -----

Após visita ao local, foi constatado que a referida habitação, embora degradada, se encontra muito bem localizada, na praça principal da aldeia. -----

É pretensão da Junta de Freguesia a aquisição do imóvel, para procederem à sua demolição, tornando a praça num espaço mais amplo, para assim ser utilizada para actividades culturais.-----

De acordo com a avaliação em anexo, estima-se um valor para a referida habitação de 5.232,96 Euros, o valor solicitado pela Junta de Freguesia é de 5.000,00 Euros, valor esse solicitado pelos herdeiros do imóvel. Por todos os motivos atrás mencionados, sou de parecer que lhes seja atribuída a referida verba.”-----

A Câmara deliberou apoiar e conceder a verba de 5.000,00 Euros (cinco mil euros) com a assinatura do respectivo protocolo. -----

3.3 – JUNTA DE FREGUESIA DE PÊRA DO MOÇO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO DA ESCOLA PRIMÁRIA DA MENOITA PARA INSTALAÇÃO DE CENTRO DE DIA: -----

Foi presente um ofício da Junta em epígrafe no qual se solicita a cedência do edifício da escola primária da Menoita, para em colaboração com a Associação de Beneficência e Melhoramentos proceder à instalação de uma extensão do Centro de Dia, naquele espaço. -----

A Câmara deliberou ceder o edifício para o efeito pretendido, devendo proceder-se à assinatura do respectivo protocolo. -----

3.4 – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA GARCIA – OBRAS NO CENTRO DE DIA – PEDIDO DE APOIO: -----

Foi presente um ofício da Junta em epígrafe no qual se solicita a concessão de um subsídio para custear as despesas com as obras de alterações que está a introduzir no edifício do Centro de Dia, de acordo com as exigências da Segurança Social e que está a provocar um aumento substancial no valor inicialmente orçamentado. ---

Sobre o mesmo recaiu uma informação do DOM, do seguinte teor:-----

INFORMAÇÃO

Para os devidos efeitos cumpre-nos informar V.Ex.^a. que, após visita ao local e consultado o projecto verifiquei que as obras do Centro de Dia de Vila Garcia sofreram algumas alterações em relação ao projecto inicial nomeadamente na cozinha e lavandaria. O orçamental inicial feito em 2000 previa 105.599,64 Euros para a execução de todas as obras. As alterações efectuadas assim como as condicionantes impostas pelo Centro de saúde justificam um valor aproximado de 15.000,00 Euros de trabalhos a mais, no entanto segundo informação do Presidente da Freguesia o reforço de verba agora reclamado já estava comprometido e em falta por este Município àquela freguesia.”-----

A Câmara deliberou apoiar e conceder a verba de 15.000,00 Euros (quinze mil euros) com a assinatura do respectivo protocolo. -----

4. OBRAS PÚBLICAS

4.1 – REPARAÇÃO DA COBERTURA DO COMPLEXO DE PISCINAS MUNICIPAIS – GUARDA – NOMEAÇÃO DE COMISSÕES DE ABERTURA E ANÁLISE: -----

Sobre este assunto foi presente uma informação do DOM, na qual se propõe a nomeação das seguintes Comissões de Abertura e Análise, para o concurso em epígrafe: -----

Comissão de Abertura

- Senhor Vereador Vitor Manuel Fazenda dos Santos (Presidente) -----
- Director do DOM, António Júlio Gomes Patrício -----
- Isabel Augusta Rito Soares Moreira Nabais (Secretária) -----

- Suplente - Senhor Arquitecto Vitor Manuel Santos Gama -----

Comissão de Análise

- Senhor Arquitecto Vitor Manuel Santos Gama -----

- Senhora Eng.^a Ana Bela Marques Ferreira -----

- Medidor, senhor José António Gonçalves -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta. -----

**4.2 – RECUPERAÇÃO E REMODELAÇÃO DA E.M. 530 – 2ª FASE
(SEQUEIRA, CASAL DE CINZA, POUSE, ROCHOSO) – NOMEAÇÃO
DE COMISSÕES DE ABERTURA E ANÁLISE:-----**

Sobre este assunto foi presente uma informação do DOM, na qual se propõe a nomeação das seguintes Comissões de Abertura e Análise, para o concurso em epígrafe: -----

Comissão de Abertura

- Senhor Vereador Vitor Manuel Fazenda dos Santos (Presidente) -----

- Director do DOM, António Júlio Gomes Patrício -----

- Isabel Augusta Rito Soares Moreira Nabais (Secretária) -----

- Suplente - Senhor Eng. Manuel Freitas Pinto -----

Comissão de Análise

- Senhor Eng. Manuel Freitas Pinto -----

- Senhora Eng.^a Isabel Cristina Almeida Tadeu -----

- Senhora Eng.^a Carla Cristina Pereira Reis -----

A Câmara deliberou aprovar a proposta. -----

**4.3 – DUPLICAÇÃO DA LIGAÇÃO DO IP5 À GUARDA –
EXPROPRIAÇÃO DE PARCELAS PERTENCENTES A ANA DA
PURIFICAÇÃO PIRES DOS SANTOS ANTUNES E OUTROS: -----**

Foi presente o processo respeitante ao assunto em epígrafe acompanhado de uma
informação do DOM, do seguinte teor: -----

INFORMAÇÃO

Para os devidos efeitos cumpre-me informar V.Ex.^a que: -----

Em cumprimento do despacho exarado no documento identificado em epígrafe
analisei o conteúdo do processo. -----

Vem o proprietário das parcelas identificadas com os n.ºs 1 e 2, concordar coma
proposta de expropriação amigável, desde que os valores propostos pela Câmara
Municipal sejam incrementados em 20%. -----

De acordo com a folha de cálculo que se anexa, a contraproposta do proprietário
atinge um valor de 23.928,00 Euros (vinte e três mil novecentos e vinte e oito
euros) para a parcela n.º1 e 39.196,80 Euros (trinta e nove mil cento e noventa e
seis euros e oitenta cêntimos) para a parcela n.º2. -----

O custo do terreno de logradouro será de 36,00 Euros/m² na parcela 1 e 24,00
Euros/m² de terra centeeira na parcela 2. -----

Face à proximidade da zona urbana consolidada, a menos de 250 m, poder-se-ão
considerar razoáveis os valores apresentados pelo proprietário. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere a aceitação dos valores da
contraproposta, apresentada, dando-se de seguida conhecimento do teor da
deliberação ao proprietário. Segue à consideração de V.Ex.^a. que, contudo, melhor
resolverá.” -----

A Câmara deliberou concordar com a informação técnica e proceder em conformidade com a mesma. -----

4.4 – CENTRO CULTURAL DE FAMILICÃO – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO:-----

Sobre este assunto foi presente uma informação do DOM, do seguinte teor: -----

INFORMAÇÃO

A Comissão Regional da Reserva Agrícola do Centro vem solicitar à Câmara Municipal da Guarda o envio da Declaração de Interesse Público relativa à Sala de Cultura de Famalicão – Auditório.-----

A utilização não agrícola de solos integrados na RAN carece de parecer favorável da comissão regional de reserva agrícola. -----

De acordo com o art.º9, n.º2 do D.L.196/89 de 14 de Junho a “Os pareceres favoráveis das comissões regionais da reserva agrícola só podem ser concedidas quando estejam em causa: -----

(...) -----

d) Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica economicamente aceitável para o seu traçado ou localização;”-----

Assim parece de considerar a obra Sala de Cultura de Famalicão – Auditório como sendo de interesse público e emitir a respectiva Declaração de Interesse Público. ---

Posteriormente a mesma deverá ser enviada à Comissão Regional da Reserva Agrícola do Centro a quem deverá ser comunicado que a área que se pretende inutilizar é 617,00 m2.” -----

A Câmara deliberou considerar esta obra de Interesse Público e dar continuidade ao processo nos termos da informação técnica. -----

**4.5 – BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS –
GUARDA – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS –
ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA:-----**

Foi presente de novo o processo de concurso respeitante à obra em epígrafe, agora acompanhado do relatório final de análise de propostas, no qual se propõe, após o decurso do prazo de audiência prévia dos concorrentes e não se tendo verificado a apresentação de qualquer reclamação, a adjudicação da empreitada à firma António Saraiva & Filhos, Lda. -----

A Câmara após o decurso do prazo de audiência prévia e não se tendo verificado a apresentação de qualquer reclamação, deliberou adjudicar definitivamente a obra à Firma António Saraiva & Filhos, Lda, pelo montante de 344.698,87Euros (trezentos e quarenta e quatro mil euros seiscentos e noventa e oito euros e oitenta e sete cêntimos) e um prazo de execução de 120 dias. -----

**4.6 – CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE MINI CAMPO
POLIDESPORTIVO – PÓVOA DO MILEU – APROVAÇÃO DE
PROJECTO E ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO:-----**

Foi presente para apreciação e aprovação o projecto respeitante à obra em epígrafe devidamente elaborado pelo DOM desta Câmara Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar o projecto, programa de concurso e caderno de encargos e abrir concurso limitado para execução desta obra.-----

5. OBRAS PARTICULARES

5.1 – CARLOS ABRAÃO MONTEIRO GONÇALVES – OBRAS DE ALTERAÇÃO EM HABITAÇÃO – APEADEIRO DO SOBRAL: -----

Foi presente de novo o processo respeitante à obra de alteração que o senhor Carlos Abraão Monteiro Gonçalves ilegalmente levou a efeito na sua habitação sita junto ao Apeadeiro do Sobral, agora acompanhado de um requerimento no qual se requer a suspensão da deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 28 de Março de 2007, até à aprovação da revisão do PDM, que se prevê abranja aquela zona da construção. -----

Interveio o Senhor Presidente que esclareceu tratar-se de uma pequena ocupação de espaço na REN, algo de irrisório, ainda assim, o Tribunal de Castelo Branco declarou a nulidade, o que implicaria a demolição da obra na parte que ocupa o espaço da REN.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Gomes que referiu que ainda assim, a decisão final de execução da decisão do Tribunal de Castelo Branco que legitima a Câmara Municipal a mandar demolir, ou a executar a demolição, cabe à Câmara Municipal.-----

Por outro lado, e conforme foi dito, com a revisão do PDM a delimitação da REN no local vai ser alterada, como tal o espaço que hoje não tem capacidade construtiva, isto é onde não pode ser licenciada a construção, daqui há manhã provavelmente já a vai ter. -----

Acontece também que em situações similares e onde há já algum grau de garantia que se verifique essa adequação do espaço à capacidade construtiva, a Câmara tem tido um papel de alguma tolerância, permitindo que se aguarde a aprovação do PDM de forma a verificar se estão ou não cumpridas as condições para o

licenciamento das obras, após o que decidirá se procederá ou não à execução da sentença. -----

A Câmara deliberou deferir o pedido e suspender a deliberação tomada na reunião de 28 de Março, até à aprovação da revisão do PDM. -----

5.2 – CONSTRUTORA UNIDOS, LD^a, – NOVA CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO E COMÉRCIO – MALMEDRA – GUARDA – APRECIAÇÃO DE PEDIDO: -----

Foi presente o processo respeitante à obra de construção de um edifício destinado a habitação e comércio que a empresa Construtora Unidos, Ld^a, pretende levar a efeito na Malmedra – Rua do Estádio Municipal – Guarda. -----

Sobre o mesmo recaiu um parecer do DPU, do seguinte teor: -----

PARECER

Sobre o processo referenciado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

1. A firma requerente vem solicitar a esta Câmara Municipal o pagamento faseado, em oito prestações mensais, das taxas inerentes à emissão do alvará de licença de construção. -----

2. Sobre o pedido efectuado pela firma requerente refere-se que nos termos do disposto no artigo 17º do RJUE, o pagamento das taxas relativas à realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas – TMU, pode, por deliberação da Câmara Municipal, ser fraccionado até ao termo do prazo de execução fixado no alvará, desde que seja prestada caução, nos termos do artigo 54º do RJUE.-----

3. Em face ao exposto no ponto anterior parece de submeter à consideração superior o pedido de fraccionamento da taxa inerente ao TMU, desde que prestada caução, nos termos do artigo 54º do RJUE.” -----

A Câmara deliberou concordar com a informação técnica e proceder em conformidade com a mesma. -----

6. LOTEAMENTOS

6.1 – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS DO NOÉME, LDª – URBANIZAÇÃO DO POÇÃO – ALVARÁ 1/2006 – AUTO DE VISTORIA – RECEPÇÃO PROVISÓRIA: -----

Foi presente de novo o processo de loteamento que a firma Empreendimentos Imobiliários do Noéme, Ldª. levou a efeito na Urbanização do Poção - Guarda, licenciado com o alvará n.º1/2006, agora acompanhado de um auto de vistoria para efeitos de recepção provisória da obra, elaborado pelos técnicos designados, do qual consta o seguinte: -----

“A Comissão, após ter percorrido e examinado a área dos trabalhos, que constituem as obras de urbanização, é unanime em considerar, que estas estão em condições de ser recebidas provisoriamente, verificando-se que as obras executadas cumprem os requisitos técnicos adequados e estão conforme os projectos e as respectivas condições de aprovação. A garantia bancária poderá ser reduzida para o montante de 31.000,00 Euros, que corresponde a 10% do valor inicial da garantia bancária.” -

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar.-----

6.2 – PREDIAL DA CORREDOURA, LDª – URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA DORNA/QUINTA DO PINCHO – ALVARÁ 7/97 – AUTO DE VISTORIA – RECEPÇÃO DEFINITIVA: -----

Foi presente de novo o processo de loteamento que a firma Predial da Corredoura, Ldª. levou a efeito na Urbanização da Quinta da Dorna/Quinta do Pincho - Guarda, licenciado com o alvará n.º7/97, agora acompanhado de um auto de vistoria para

efeitos de recepção definitiva da obra, elaborado pelos técnicos designados, do qual consta o seguinte: -----

“A Comissão, após ter percorrido e examinado a área dos trabalhos, que constituem as obras de urbanização, na sequência da deliberação de 2004.12.07, é unanime em considerar, que os arranjos das zonas verdes e parque infantil, estão em condições de ser recebidas definitivamente, verificando-se que as obras executadas cumprem os requisitos técnicos adequados e estão conforme os projectos e as respectivas condições de aprovação.” -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar.-----

6.3 – JÚLIO JESUS ESTEVES – ALTERAÇÃO À LICENÇA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – LOTES 15, 16 E 17 – ALVARÁ N.º 1/80 COM ADITAMENTOS – LUCÍLIA P. A. G. CUNHA LEAL E HERDEIROS – BAIRRO DE PINHEIRO – GONÇALO – APRECIACÃO DE PROJECTO:

Foi presente de novo o processo de loteamento que a senhora Lucília do Patrocínio A. G. C. Leal e Herdeiros levaram a efeito na urbanização do Bairro do Pinheiro, em Gonçalo, licenciado com o alvará n.º1/80, agora acompanhado de um aditamento respeitante à alteração que o senhor Júlio Jesus Esteves pretende levar a efeito nos lotes n.ºs 15, 16 e 17, naquela urbanização.-----

Sobre o mesmo recaiu o seguinte parecer do DPU: -----

PARECER

Sobre o processo referenciado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

1. Trata o presente pedido da alteração da licença de operação de loteamento, a que corresponde o alvará referenciado em epígrafe, pretendendo o requerente e

proprietário dos lotes números 15, 16 e 17, efectuar uma alteração que consiste em eliminar o lote 17 e sendo a área deste repartida pelos lotes 15 e 16.-----

2. Analisado o pedido e dado tratar-se de alvará de loteamento que simplesmente especifica as áreas dos lotes que o definem, parece não haver inconveniente em termos de redefinição urbanística, e para o qual o lote 17 (511,00 m²), é eliminado e a sua área integrada no lote 15 (315,00 m²) e 16 (297,50 m²), passando estes a ter uma área de 448,25 m² e 675,25 m², respectivamente. -----

3. Relativamente ao cumprimento da Portaria n.º1136/2001 de 25 de Setembro, verifica-se face ao alvará e posteriores aditamentos válidos e proposta de eliminação de um lote, em princípio estarem cumpridos todos os pressupostos desta, incluindo não haver lugar a qualquer área de cedência para espaços verdes e de utilização colectiva e para equipamento público. -----

4. Em face ao exposto considera-se que a presente alteração de licença de operação de loteamento é susceptível de poder merecer aprovação da Câmara Municipal. No entanto informa-se ainda que, dado o Requerente não ter instruído o pedido com declaração de todos os proprietários dos lotes abrangidos pelo alvará 1/80 e posteriores aditamentos, face ao disposto no n.º2 do art.º 27º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Decreto Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro alterado pelo Decreto lei n.º 177/2001 de 4 de Junho), a mesma só poderá ser aprovada pela Câmara Municipal após a realização de um período de discussão pública a efectuar nos termos do n.º3 do art.º22º dos já citados diplomas legais, propondo-se por isso que a Câmara Municipal tome conhecimento da presente informação técnica e Delibere proceder à abertura do período de discussão pública, que não deverá ser

inferior a 15 dias (úteis), prazo mínimo previsto para este efeito na legislação referida.” -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou remeter o processo para discussão pública, nos termos indicados. -----

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA

O senhor Presidente deu conhecimento dos despachos proferidos sobre os processos de obras ao abrigo das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DESPESAS AUTORIZADAS

Foi presente uma relação das autorizações de pagamento emitidas e autorizadas pelo senhor Presidente ao abrigo das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal em reunião de 9 de Novembro de 2005 bem como as que lhe estão cometidas por competência própria no período de 24 de Agosto a 6 de Setembro de 2007. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações em que não é feita referência à votação foram tomadas por unanimidade tendo esta acta sido aprovada em minuta para efeitos de eficácia e excoeuriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por ele, pelos senhores Vereadores presentes e por mim

Director de Departamento Administrativo que a subscrevi. -----